

OECP S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

OECP S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
OECF S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da OECF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OECF S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de julho de 2025.

OECP S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	76	167	Fornecedores		75	17
Tributos a recuperar		48	48	Impostos, taxas e contribuições sociais		4	1
		<u>124</u>	<u>215</u>	Outros passivos		<u>3</u>	<u>2</u>
						<u>82</u>	<u>20</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	5 (a)	818.317	818.317
				Transações de capital	5 (b)	(508.649)	(508.649)
				Ajuste de avaliação patrimonial	5 (c)	244.004	244.004
				Prejuízos acumulados		<u>(553.630)</u>	<u>(553.477)</u>
						<u>42</u>	<u>195</u>
Total do ativo		<u>124</u>	<u>215</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>124</u>	<u>215</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OECP S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2024	2023
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	6	(153)	(59)
Prejuízo operacional		(153)	(59)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	7		64
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(153)	5
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)		(0,000)	0,000

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OECP S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	(153)	5
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(153)</u>	<u>5</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OECP S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Transações de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2023		819.517	(508.649)	244.004	(553.482)	1.390
Total do resultado abrangente do exercício:						
Lucro do exercício R\$ 0,000 por ação do capital social					5	5
Total do resultado abrangente do exercício					5	5
Transações de capital com os sócios:						
Redução de capital	5 (a)	(1.200)				(1.200)
Em 31 de dezembro de 2023		818.317	(508.649)	244.004	(553.477)	195
Total do resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo do exercício R\$ 0,000 por ação do capital social					(153)	(153)
Total do resultado abrangente do exercício					(153)	(153)
Em 31 de dezembro de 2024		818.317	(508.649)	244.004	(553.630)	42

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OECP S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		(153)	5
Variação nos ativos e passivos:			
Tributos a recuperar			(19)
Fornecedores		58	(20)
Impostos, taxas e contribuições sociais		3	
Outros passivos		1	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(91)	(34)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Redução de capital social	5 (a)		(1.200)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos			(1.200)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(91)	(1.234)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		167	1.401
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		76	167

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A OECP S.A. (“OECP” ou “Companhia”) é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo OEC (“Grupo OEC”), com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a OECI S.A. – Em Recuperação Judicial (“OECI”) e indireta a OEC S.A. – Em Recuperação Judicial (“OECSA”). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 – Parque da Cidade – Chácara Santo Antonio, São Paulo. O Grupo OEC é parte integrante do Grupo Novonor.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades que explorem, dentre outros, negócios relacionados à Engenharia e Construção, tais como: (i) planejamento e a execução de projetos e obras de construção civil e engenharia, em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração, ou outros admitidos; (ii) planejamento e a execução de projetos e obras no ramo da indústria naval, nas suas atividades de construção, montagem, manutenção, conversão, reparo e modernização de embarcações e outros meios flutuantes; prestação de serviços de montagem, manutenção, conservação, reparação e operação de embarcações, plataformas, gasodutos, oleodutos, dutos submarinos e outros meios flutuantes; (iii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, consultaria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; (iv) empreendimentos imobiliários urbanos e rurais; (v) desenvolvimento de negócios ou participação de negócios em exploração, produção, transporte e comercialização de hidrocarbonetos; e (vi) a prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação e compra e venda de equipamentos, arrendamentos, transporte, importação e exportação no mercado internacional e nacional, incluindo, mas sem se limitar, à importação e exportação de medicamentos, sementes e mudas.

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de julho de 2025.

(a.1) Processo de Recuperação Judicial

A acionista da Companhia, OECI e mais 11 empresas do Grupo OEC, Odebrecht Engenharia e Construção S.A. – Em Recuperação Judicial (“Odebrecht Engenharia”), OECSA, Odebrecht Holdco Finance Limited (“ODB Holdco”), OEC Finance Limited (“OEC Finance”), Belgravia Serviços e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (“Belgravia”), OENGER S.A. – Em Recuperação Judicial (“OENGER”), CNO S.A. – Em Recuperação Judicial (“CNO”), CBPO Engenharia Ltda. – Em Recuperação Judicial (“CBPO”), Odebrecht Overseas Limited (“OOL”), Tenenge Engenharia Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Tenenge”) e Tenenge Overseas Corporation (“TOC”) (“Recuperandas do Grupo OEC”) ajuizaram pedido de recuperação judicial em 27 de junho de 2024, que foi deferido na mesma data na 2ª Vara de Falências e Recuperações do Tribunal de Justiça de São Paulo, que considerou atendidos os requisitos legais para instalação de referido procedimento judicial (nos autos do processo 1100438-71.2024.8.26.0100), suspendeu procedimentos de execução pelo período de até 180 dias e nomeou a AJ Ruiz como Administradora Judicial.

(a.2) Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas do Grupo OEC (“Grupo”) apresentaram sua proposta de Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) em 09 de setembro de 2024, que incluiu determinados termos para pagamento dos seus credores, e a previsão de um financiamento na modalidade devedor in possession (utilizado para empresas em recuperação judicial, que possui prioridade sobre outras dívidas existentes) de até USD 150 milhões (“Financiamento DIP”), que tem como financiador âncora o Banco Pactual BTG S.A., que garantirá o desembolso do valor de USD 120 milhões (com possibilidade de participação de outros credores financeiros no Financiamento DIP).

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O PRJ apresentado pelas Recuperandas do Grupo OEC (conforme atualizações pontuais) foi votado em Assembleia Geral de Credores, instalada em 2ª convocação, em 22 de novembro de 2024, tendo sido aprovado entre os credores presentes por 98,76% dos credores da Classe I (Créditos Trabalhistas), 91,60% dos credores da Classe III (Créditos Quirografários), 99,25% dos credores da Classe IV (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e por 54,06% dos créditos da Classe III. No entanto, o referido PRJ não foi homologado pelo juiz, o qual em 18 de dezembro de 2024 determinou para as Recuperandas do Grupo OEC ajustes pontuais no PRJ.

Em 07 de fevereiro de 2025, foi votado em Assembleia Geral de Credores, instalada em 2ª convocação o novo PRJ, devidamente ajustado, tendo sido aprovado, quase que pela totalidade dos credores presentes em todas as classes, por 99,89% dos credores da Classe I (Créditos Trabalhistas), 92,71% dos credores da Classe III (Créditos Quirografários), 99,64% dos credores da Classe IV (Microempresa e Empresa de Pequeno Porte) e por 94,09% dos créditos da Classe III.

Em 07 de março de 2025 o referido PRJ foi homologado pelo juiz na 2ª Vara de Falências e Recuperações do Tribunal de Justiça de São Paulo.

(b) Programa de Integridade

O Grupo OEC possui compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas da Empresa, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas de forma intensa e progressiva, ao longo dos últimos nove anos, com o objetivo de proporcionar maior segurança empresarial à Empresa. Indicadores e metas de integridade e controles financeiros foram definidos e estão sendo aplicados na avaliação de desempenho dos executivos do Grupo OEC.

O Programa de Integridade do Grupo OEC segue padrões típicos de empresas de capital aberto, com governança exercida por meio de um Conselho de Administração composto por no mínimo 20% de conselheiros independentes, sendo que a participação atual é de 50%. O responsável por Integridade e Gestão de Riscos (atual nomeado em março de 2025) está vinculado ao Conselho de Administração e escolhido e liderado diretamente pelo coordenador do Comitê de Integridade e Auditoria, cabendo a este comitê – que requer maioria de conselheiros independentes e coordenação por um destes independentes – acompanhar e supervisionar o Programa de Integridade em assessoramento ao Conselho de Administração.

O Programa de Integridade do Grupo OEC conta com todos os pilares fundamentais de um programa efetivo de Compliance: (i) independência e autonomia das áreas de integridade e de auditoria interna; (ii) políticas e diretrizes bem definidas, amplamente comunicadas, com treinamentos recorrentes aos integrantes; (iii) análises regulares de riscos que orientam as ações e concentrações do programa; (iv) processos de due diligence de terceiros e de integrantes; (v) canais de denúncias disponíveis em todas as operações, com independência e imparcialidade na condução de investigações internas; (vi) monitoramento contínuo de riscos e controles, com indicadores objetivos para mensurar desempenho e efetividade; e (vii) remediações aplicadas quando da constatação de desvios.

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os controles internos implementados na Empresa foram amplamente testados e aprimorados nos últimos nove anos, incluindo múltiplas instâncias de monitoramento independente. Em novembro de 2020, o Programa de Integridade foi atestado por monitores independentes apontados pelo Departamento de Justiça Americano (DoJ) e pelo Ministério Público Federal do Brasil. Em 2021, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito dos acordos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relatório entregue pelos monitores aos dois bancos no final de 2021 não só reforçou as conclusões exitosas do monitoramento do acordo com o DoJ, mas também atestou que o Programa de Integridade do Grupo OEC atende a todas as diretrizes de Compliance do Banco Mundial e do BID. Em março de 2022 a GCU encerrou o monitoramento ostensivo do Programa de Integridade da OEC, atestando que a Empresa cumpriu com todos os compromissos assumidos em relação à temática de Integridade do Acordo de Leniência firmado com CGU/AGU em 2018.

Em 2023, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito do acordo firmado com BID e no relatório de encerramento do monitoramento independente, entregue pelos monitores ao Banco, em agosto de 2023, foi atestado que o Programa de Integridade implementado é bem fundamentado e maduro, que continua atendendo aos requisitos do Banco, com estruturas robustas e efetivas de Compliance e de auditoria interna e que foram reunidas evidências de que o comprometimento da Empresa com uma cultura ética e de integridade é sustentável ao longo do tempo. Em maio de 2023, a Petrobras concluiu a Due Diligence de Integridade da Empresa e a habilitou para participar de licitações e para prestar serviços.

Em reconhecimento ao trabalho de aperfeiçoamento contínuo da governança e da integridade empreendido nos últimos anos, em dezembro de 2022, a Empresa recebeu o selo Infra+ Integridade do Ministério da Infraestrutura, em reconhecimento a adoção de boas práticas de governança, compreendendo integridade, ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e prevenção à fraude e à corrupção. Em setembro de 2023, as duas iniciativas da Empresa inscritas no GRI Infra Awards Andean 2023, foram classificadas como finalistas em suas respectivas categorias, tendo o Projeto Monitoramento Sistemático de Riscos de Controles, apresentado na categoria Governança, recebido a terceira colocação. Em novembro de 2023, a Empresa recebeu da CGU o Selo Pro Ética 2022-2023, uma iniciativa que reconhece empresas que adotam boas práticas em governança corporativa, bem como desenvolvem e incentivam o comportamento ético e ações de transparência dentro de seus negócios. Em junho de 2024, a Empresa aderiu ao Pacto Brasil, uma iniciativa da CGU que estimula empresas que atuam no Brasil a assumir, voluntariamente, compromisso público com a integridade empresarial. Além disso, o Grupo OEC tem se envolvido ativamente com a Academia, o Terceiro Setor e com Organizações Internacionais para trocar melhores práticas e compartilhar lições aprendidas ao longo dos anos. Essas interações incluem aulas, webinars, seminários, painéis, sessões de benchmarking e atividades similares.

Pode-se destacar algumas métricas alcançadas em 2024 no Programa de Integridade do Grupo OEC: (i) foram analisados mais de 8.100 processos de due diligence de fornecedores; (ii) cumprimentos do Plano Anual de Treinamento aprovado pelo Conselho de Administração atingindo um índice de conclusão de 100% dos treinamentos do grupo meta definido; (iii) 514 relatos recebidos no canal de denúncias foram investigados de maneira independente pela área de Integridade, dos quais 41% foram considerados como parcial ou totalmente procedentes, gerando 65 ações de remediação, dentre as quais, 17 demissões; (iv) no monitoramento contínuo de Compliance, de janeiro a dezembro de 2024, foram abertas 144 ações para teste e verificação de processos, 127 registros de terceiros tiveram seus processos de contratação revisados em relação a requisitos de integridade e revisão de mais de 500 formulários de autodeclaração preenchidos pelos integrantes para averiguação de potenciais conflitos de interesse reportados.

Por fim, vale ressaltar que o Programa Global de Integridade da OEC está certificado na ISO 37001:2017 Sistema de Gestão Antissuborno com validade até abril de 2027, tendo passado por auditorias externas de um organismo certificador internacional credenciado.

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2023, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, conforme abaixo, as quais, de acordo com a avaliação da Administração, não produziram efeito significativo nas informações contábeis da Companhia.

Revisadas e vigentes

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2024.
- Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com covenants – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2024.
- Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo que possa ser liquidado – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2024.
- Alterações ao IAS 7 (CPC 03 (R2)) Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Divulgações específicas aos acordos financiamento de fornecedores - vigente a partir de 1ª de janeiro de 2024.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.1 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

Revisadas e não vigentes

- Alterações ao IAS 21 (CPC 02 (R2)) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Avaliação de moeda conversível e estimativa de taxa e divulgação de moeda não conversível – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2025.
- Alterações ao IFRS 1 (CPC 37 (R1)) Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade – Uso de custo atribuído após hiperinflação severa – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2025.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão convergidos com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.4 Contas a pagar

Contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses.

2.5 Capital Social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo Capital Social. Este abrange não somente as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela Companhia e que, por decisões dos acionistas, foram incorporados ao Capital Social, representando uma espécie de investimento derivado da renúncia a sua distribuição na forma de dividendos.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

3 Instrumentos financeiros por categoria

	Nota	Custo amortizado	
		2024	2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	4	76	167
		<u>76</u>	<u>167</u>
			Custo amortizado
		2024	2023
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores		75	17
Outros Passivos		3	2
		<u>78</u>	<u>19</u>

4 Caixa e equivalente de caixa

	2024	2023
Caixa e banco	76	167
	<u>76</u>	<u>167</u>

As aplicações financeiras da Companhia são de curto prazo (prazo original de até 90 dias), apresentam alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, além de estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo deste recurso é, basicamente, suprir necessidades de caixa da Companhia.

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 818.317 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 818.317), dividido em 13.262.611.961 (31 de dezembro de 2023 – 13.262.611.961) ações ordinárias, todas sem valor nominal.

Em 23 de março de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital social em R\$ 1.200, com cancelamento de 20.000.012 ações ordinárias e sem valor nominal, com devolução das respectivas participações para as acionistas da Companhia.

(b) Transações de capital

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado como transação de capital o montante de R\$ 508.649 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 508.649) o qual refere-se à regularização de transações financeiras realizadas entre empresas sob controle comum do Grupo OEC, dentre elas, operações de mútuos, prestações de serviços e/ou compra de equipamentos.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado como ajuste de avaliação patrimonial o montante de R\$ 244.004 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 244.004) substancialmente representado pela movimentação ocorrida em 2022 no montante de R\$250.434 referente à realização de variação cambial sobre contrato de mútuo, o qual foi quitado em janeiro de 2022, via incorporação da COI Overseas Ltd. (“COI Over”) pela CNO S.A. Nessa rubrica estão consideradas as variações cambiais sobre alguns ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente do Real registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que fazem parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários passaram a ser reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em “Ajuste acumulado de conversão”, até o momento da realização das referidas transações.

(d) Resultado por ação

A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação básico, calculado através da divisão do lucro do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício das operações continuadas	(153)	5
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares)		
Ações ordinárias	13.262.612	13.267.105
Resultado por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias	(0,000)	0,000

OECP S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2024 são de R\$ (153) (31 de dezembro de 2023 R\$ (59)), compostas substancialmente por serviços de terceiros.

7 Resultado financeiro, líquido

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas de aplicação financeira		67
Receita de variação cambial	2	
Despesas financeiras	(2)	
Outros, líquido		(3)
	<u> </u>	<u> </u>
		<u>64</u>

8 Eventos subsequentes

Em abril de 2025, o Grupo OEC implementou uma reestruturação societária, na qual a Companhia passou a ter como holding a OECSA e passou a consolidar alguns investimentos no exterior.

* * *